

O ideal de universidade e de sua missão

Alípio de Sousa Filho¹

Desde seu surgimento – nos séculos XII e XIII –, as universidades têm sido acusadas de indiferentes às necessidades da sociedade, de serem centros de erudição monástica, lugar de diletantes, entre outras coisas. Tais acusações despertaram, no dizer de Kenneth Minogue, uma verdadeira “tradição de ataque à universidade”. Com o autor, podemos dizer que a história da universidade é a de uma *instituição incompreendida*, em torno da qual sempre esteve a idéia da necessidade de reformas. “Reformar a universidade” é idéia que coincide com a própria história da universidade nos diversos países.

Discutir, hoje, a missão da universidade na sociedade exige tratarmos do assunto, considerando essa questão histórica, pois, se se trata de uma instituição incompreendida – e não cremos ser essa uma idéia arbitrária, sem sustentação –, temos que pensar sua missão a partir de um conceito de universidade que delimite claramente a natureza dela enquanto uma instituição, os objetivos para os quais existe, seus fins. Somente poderemos sair dessa “tradição de ataque à universidade”, incompreendida em sua natureza, se conseguirmos sustentar um ideal de universidade e resolvermos o impasse, na relação com a sociedade, em que deixemos claro o papel que é o nosso enquanto uma comunidade de pesquisadores e educadores. Em grande parte, essa é nossa tarefa. Devemos exigir de nós mesmos a capacidade de resolver esse impasse.

Mas, a universidade tem uma missão a cumprir na sociedade? É possível que existam aqueles que acreditam que a universidade não tenha nenhuma missão especial a cumprir. E, assim, formular a questão é pertinente. De nossa parte, iremos defender que a universidade tem uma missão relevante a cumprir na sociedade e a definição dessa missão deve já está embutida na definição de um ideal de universidade que devemos nos ocupar em perseguir.

Antes, todavia, de desenvolvermos o que seria *o ideal de universidade* na perspectiva que gostaríamos de transmitir e reforçar, discutiremos brevemente a *doutrina adaptacionista* de crítica à universidade, pela sua força e, de qualquer forma, seu impacto na opinião pública.

Os ataques dirigidos contra as universidades (notadamente as públicas), há anos, seja na forma das acusações dirigidas a ela por agentes econômicos, seja na avaliação feita por dirigentes políticos, autoridades públicas, constituem, como dissemos, a forma de um cerco a que essas instituições sempre estiveram submetidas na história. Um cerco que tem na doutrina da necessidade de “adaptação da universidade à sociedade” um de seus pilares principais, sempre acionada por

¹ Professor adjunto do Departamento de Ciências Sociais da UFRN, doutor em sociologia pela Sorbonne (Paris V).

meio de eufemismos que procuram esconder a exigência de que a universidade se abra a interesses estranhos ao conhecimento teórico desinteressado – que deve ser seu único fim: conhecimento da realidade humana, histórica, social, conhecimento da natureza, sem fins práticos predeterminados por interesses que não sejam os do próprio conhecer ou definidos por demandas sociais que sejam de interesse da maioria social ou que representem contribuição ao desenvolvimento social, à emancipação humana, à democracia, aos direitos humanos universais.

Muitos são os que afirmam, insistentemente, que, tendo a sociedade “mudado” e os tempos sendo “outros”, a universidade está obrigada a acompanhar essas mudanças: a universidade deve adapte-se. Cobra-se da universidade que ela forme profissionais na intenção do sistema de sociedade vigente: profissionais adaptados ao desenvolvimento tecnológico atual, aos ditames do mercado, adaptados às “novas realidades”, aos “novos tempos”, etc. Haveria muito a acrescentar a tudo isso que se reclama da universidade, mas esses exemplos já nos bastam.

A exigência de uma “universidade aberta” ou “adaptada” aos chamados “novos tempos” ou aos “interesses da sociedade”, mas sem que se defina quais interesses e de *quem* na sociedade, não raro tem funcionado como eufemismos que exigem da universidade que integre às suas tarefas interesses estranhos ao conhecimento teórico e à ciência que a universidade deve produzir e ensinar. Parece simpático, mas a idéia de uma universidade adaptada aos novos tempos – fazendo crer que as universidades estão ultrapassadas –, apenas esconde a vontade de certos setores da sociedade de ver as universidades devotadas a interesses que a manterão subordinada a objetivos para os quais a universidade não deve existir.

O discurso que reclama que “a universidade deve adaptar-se às novas realidades da sociedade e aos novos tempos” oculta nos termos *novas realidades* e *novos tempos* aquilo que, como discurso ideológico, está impedido de chamar pelo seu verdadeiro nome, isto é, os interesses econômico-político-sociais ou mesmo idéias que prevalecem numa sociedade cujos objetivos não podem ser explicitados. O discurso adaptacionista visualiza e projeta uma universidade bem definida: a universidade conformada e conformadora. R. Paul Wolff chamou-a de “um antimodelo de universidade”: a universidade como “agência de prestação de serviços”, a universidade como “linha de montagem para o homem do sistema”. Esta é a universidade amoldada às estruturas que dão sustentação à sociedade tal como esta se encontra no seu estado atual - aí onde não cabem reflexão teórico-filosófico-científica crítica, problematização, ciência como busca da verdade, ciência como promoção da autonomia da consciência, educação em valores ético-morais voltados ao bem estar de todos, ao respeito aos direitos.

Ora, quais mudanças a universidade deve incorporar, e na intenção de quê e de quem, sabendo-se que a sociedade se regula por interesses quase sempre conflitantes? Deseja-se, por exemplo, que as universidades se transformem em escolas preparatórias de técnicos para as

indústrias, para o comércio, para os organismos estatais, para os *mass media*, etc., segundo um modelo pelo qual esses técnicos devem ser capazes de se ajustar às inovações tecnológicas, aos modelos de produção, ao pensamento e à linguagem predominante nesses meios - diz-se que os profissionais "formados inadequadamente" serão marginalizados pela chamado *mercado de trabalho*. Fala-se do mercado de trabalho como se este fosse verdadeiro objeto intocável e independente de todo interesse. No modelo de sociedade sob o qual vivemos, subordinar-se a essas exigências significa, para a universidade, dentre outras coisas, submeter-se às exigências do mercado capitalista (e sua máquina de produção e consumo), às exigências práticas de organização do poder de Estado e aos ditames dos meios de comunicação de massa, com seus ideais homogeneizantes. A universidade e a ciência não podem subordinar seus fins a essas exigências. Como assinala Karl Jaspers, "aqueles que pensam que a universidade tem por tarefa formar trabalhadores na intenção da sociedade de massa (sociedade técnica que não persegue nenhum fim sobre o plano geral, mas se impõe constantemente objetivos particulares), esses se enganam gravemente".

Todavia, o discurso adaptacionista não existe apenas como uma pressão vinda de fora, discurso que cercaria a universidade do seu exterior, ele é discurso acolhido e reproduzido no interior das próprias universidades. Muitos são os professores e estudantes que acreditam que a universidade deve mudar na direção daquilo que se cobra dela. Assim, diz-se, com frequência, que a formação universitária, em todos os níveis, deve permitir aos profissionais que saem das universidades adaptarem-se às inovações industriais, do mercado, etc., sob pena de as universidades ficarem isoladas ou serem ultrapassadas. Uma visão que coincide - mas não por acaso - com o que empresários e políticos dizem da universidade. Diz-se também que as universidades devolvem pouco à sociedade porque resistiriam às mudanças em seus modelos de ensino, em suas abordagens da realidade, etc. Nada mais falso. Os problemas da relação entre a universidade e a sociedade não se localizam no campo dos interesses daqueles que desejam a universidade como extensão de seus negócios econômicos e objetivos políticos. Os problemas existentes são de outra ordem, cabendo à universidade mudar e melhorar o ensino e a ciência que pratica, é certo, mas orientada para outros fins; estes fins não podem ser outros senão empreendimentos sociais de interesse público geral, que promovam o bem-estar humano, a justiça, a democracia e a liberdade - coisas que, a dizer a verdade, nossas elites econômicas e políticas continuam a ignorar.

A universidade precisa manter-se livre das pressões sociais - e mesmo também da pressão dos setores populares - porque, se fizer concessões ao pragmatismo, rebaixará suas tarefas a situações conjunturais, a demandas específicas, correndo o risco de se desfigurar a longo prazo. É sabido que essa visão é recusada por homens de negócio, por militantes das chamadas causas sociais, e por dirigentes políticos, que gostariam de ver a universidade servindo a imediatismos, mas é preciso que os universitários resistam como aqueles que são os únicos que podem sustentar o

ideal de universidade. Citarei K. Jaspers mais uma vez: “Se a universidade baixa de nível, a sociedade e o Estado naufragam com ela.”

É por isso que a universidade não pode aceitar em seu interior coisas como: 1) conhecimento superficial, a imitação da ciência; 2) a religião: desde que se constituiu (mesmo já as *universitas* medievais), a universidade sempre discutiu as religiões sem espírito religioso; 3) interesses políticos externos: a universidade subordinada a interesses políticos (de esquerda ou de direita) torna-se a universidade do poder, permitindo a invasão do mundo prático: o pragmatismo não pode prevalecer como orientação para a atividade dos universitários (professores e estudantes).

A universidade, para permanecer como um bem social, que já o é, não precisa abandonar as tarefas que a definem como lugar da formação de pesquisadores e educadores com espírito científico-crítico por outras tarefas. As tarefas que são suas não podem ser submetidas a nenhum interesse que fira o princípio inegociável da liberdade de pensamento e da autonomia acadêmica. Como adverte Paul Wolff: “qualquer coisa que fortaleça a universidade é lucro e qualquer coisa que a enfraqueça só pode ter um efeito reacionário.”

O conhecimento do mundo, da vida, da realidade social e histórica distingue os humanos de todas as demais espécies. Entre outras coisas, é a busca do conhecimento – sua produção e transmissão – que constitui o homem como humano. Esse dado antropológico – a procura do conhecimento e a capacidade de produzi-lo e transmiti-lo – é traduzido por filósofos como Karl Jaspers como a “procura livre da verdade”. Assim, a humanidade aspira à verdade, mas esta nunca é plena, nem é adquirida por um só sujeito do conhecimento. É necessário procurá-la sem cessar, e esta é tarefa de muitos, razão por que essa tarefa pode ser ensinada, transmitida, propagada.

A busca da verdade como *conhecimento da realidade* é uma tarefa à qual os homens devem se consagrar livremente e com todas as suas energias, lutando contra todos os constrangimentos. A universidade se configura como um exemplo de instituição em que, como em nenhuma outra, essa tarefa se realiza e passa a ser em torno desse objetivo que ela se organiza e orienta seus fins. É por essa razão também que ela somente consegue realizar essa sua natureza se se mantiver autônoma. Autonomia que se concretiza na liberdade acadêmica, de pensamento – na mais pura tradição idealista, a procura da verdade de maneira desinteressada e livre. A verdade como conhecimento da realidade não pode estar subordinada a nenhum interesse que não seja os interesses do conhecimento, embora não possam se desvincular de objetivos públicos, e, por isso, nem sempre consensuais.

A missão da universidade, assim, definiu-se, ao longo da história, como sendo tornar-se o lugar da formação de pesquisadores, pensadores independentes, produtores de conhecimento e de técnicas socialmente necessárias ao desenvolvimento do bem-estar humano. O que a torna o lugar de sujeitos intelectualmente insatisfeitos, inquietos, da pergunta constante e de respostas

imperfeitas. Por isso, a universidade é também o lugar em que não se pode prosseguir na descoberta da verdade como conhecimento da realidade se não se reconhecer na pesquisa científica uma de suas primeiras tarefas. Dois princípios devem orientá-la: a unidade do saber e a unidade da pesquisa e do ensino, isto é, a troca de saberes entre pesquisadores, educadores e estudantes. A organização interna da universidade deve favorecer essas trocas. O ensino universitário deve todo ele ser pensado como pesquisa, deve ser praticado como iniciação à produção do conhecimento. Se se trata de fato de ensino, ele deve apresentar o caráter de uma descoberta livre, realizada em comum por mestres e alunos.

Desse modo, a missão da universidade, quanto a si própria e à sociedade, é tornar-se o lugar da formação de uma *elite intelectual, cultural e científica*. Esta não é uma elite de classe, mas uma *elite de espírito*. Nem por isso elitista e diletante. O sentido de ser elite aqui é apenas o do elevado grau de compreensão da realidade que passam a ter todos aqueles que se beneficiam da educação no modo teórico-filosófico-científico de pensar, que as universidades são lugares em que se deve praticar sem descanso, e que a sociedade deve procurar alargar o acesso a tantos mais quanto seja possível. Um alargamento que não pode ser acompanhado do rebaixamento do nível de ensino e do rigor para com as coisas da ciência. A estrita autodisciplina a cumprir para os deveres da atividade científica de produção do conhecimento exige uma educação que não suporta o baixo nível que, em geral, se vem admitindo com a massificação do ensino superior.

No tocante à questão da autonomia, deve-se acrescentar também que o Estado deve financiar, manter a universidade, mas não pode reivindicar exercer o controle da autonomia acadêmica, do pensamento. A universidade somente funciona se for livre.

Como vivemos em sociedades divididas em interesses, a missão da universidade define-se com relação a esses interesses e ao conflito destes. Se pensarmos o caso da universidade pública, uma clara opção se torna necessária: mantida com recursos públicos, ela somente pode se destinar àqueles interesses que realizem interesses públicos, coletivos, o interesse geral, o bem comum. Isso não deve significar “*universidade dos pobres*”, “*universidade dos trabalhadores*”, “*universidade popular*”. Essa idéia é um atentado ao conceito de universidade. Na universidade, o conflito de interesses não é luta de classes, nem o conflito de interesses tem sua solução na opção demagógica por classes.

Não se trata aqui de pensarmos a universidade separada do mundo dos problemas reais e ignorando as demandas concretas da sociedade. É legítimo que a universidade retorne os recursos que são nela investidos na forma de produtos de que a sociedade possa se apropriar, tais como conhecimento, tecnologias, assessorias, participação em projetos comunitários, formação de profissionais nas mais diversas áreas, etc. - deste que se tenha sempre em vista o interesse público -, mas "acompanhar mudanças em curso" (no campo tecnológico, social, etc.) não pode significar

atrelar o ensino e a produção do conhecimento a interesses estranhos aos fins da educação e da ciência.

Como uma instituição formada por pesquisadores e também formadora de pesquisadores, a universidade deve agir como o pesquisador age em seu trabalho: deve começar por formular problemas. Uma universidade deve ser capaz de formular problemas socialmente relevantes. Inseridas em regiões, com suas especificidades, seus problemas, as universidades devem se indagar sobre as carências, as dificuldades, os dilemas dessa regiões. Uma universidade deve se perguntar sobre os problemas importantes das localidades em que se encontra instalada: nas diversas áreas (educação, saúde, violência, direitos humanos, meio ambiente, etc.), quais são os principais problemas? Que contribuições a universidade pode oferecer à sociedade para o enfrentamento desses problemas? Que sugestões pode apresentar à sociedade, aos poderes públicos? Que diálogo pode sustentar com os diversos segmentos sociais, discutindo questões relevantes para a população local?

Essas são questões que uma universidade deve formular e materializar na forma de projetos de pesquisa e intervenção social, e que, por isso mesmo, somente podem nascer nos departamentos acadêmicos, por iniciativas de grupos de professores ou por professores isoladamente.

A universidade deve também discutir e resolver os problemas da qualidade e da orientação da formação profissional que está oferecendo. Aquilo que a universidade deve devolver à sociedade, em diferentes formas, deve ser resultado da orientação que a própria universidade decida imprimir ao ensino e à ciência, sempre considerando a questão da qualidade do que se faz, sobre cujos parâmetros de avaliação já há relativos consensos acadêmicos.

A sociedade deve saber que a universidade não pode ser populista em seus princípios. O populismo e a demagogia podem levar a universidade à sua falência total. Dirigentes, professores, funcionários e estudantes universitários não podem ser demagógicos em suas visões da universidade. Assim, certos modelos de avaliação e propostas de reforma de currículos, métodos de ensino, duração dos cursos, níveis de exigência, etc., sob o pretexto de tornar a formação universitária mais flexível, adaptada aos tempos, produtiva, útil, colocam em risco a universidade, a educação superior, a produção do conhecimento teórico, a ciência.

A tarefa de preparar os indivíduos para tomarem parte no desenvolvimento técnico, científico e cultural da sociedade é algo que deve se dar no equilíbrio entre duas dimensões: a formação profissional e a educação no modo científico de pensar propriamente dito (configurado numa visão crítica da realidade, na problematização filosófica, numa perspectiva ética das relações humanas). O que toda uma tradição chamou de “busca desinteressada da verdade” reflete o sentido dessa segunda dimensão, sem que se tenha pretendido que sua realização ocorresse desvinculada da primeira, com o inevitável risco de vir a se tornar demasiadamente valorizada em detrimento da

anterior. Considerando que deve formar pesquisadores, educadores e profissionais em diversas áreas, e mesmo formar aqueles que não demonstram vocação para o conhecimento teórico, a universidade tem por missão difundir uma cultura geral que beneficie todos aqueles que por ela passam com as condições de usufruírem das aquisições científicas, literárias e artísticas, enquanto bens culturais que devem ser democratizados ao acesso de todos. Essa missão da universidade nem sempre é compreendida e se choca com a idéia da adaptação às necessidades do país, vistas sempre a partir do ângulo econômico, empresarial, ou da necessidade de dirigentes para o aparelho de Estado. De uma outra perspectiva, e pretendemos aqui que seja a da defesa da idéia de universidade, acreditamos que, ao invés da especialização precoce dos estudantes, bem como das próprias ciências e das técnicas, que tendem a uma redução da educação para a ciência, e que entendem a profissionalização como preparação para o trabalho, sem mais nada, a universidade deve visar uma formação que se dirija aos aspectos mais gerais da educação no modo teórico-filosófico-científico de pensar. Por essa razão, já não são poucos os que defendem que o ensino deve ser orientado pelo desenclausuramento dos saberes, evitando a especialização precoce e oferecendo aos estudantes combinações variáveis de disciplinas em seus currículos, multiplicando a interdisciplinaridade, de modo que os conhecimentos especializados possam ser relativizados e questionados na sua relação com a vida humana.

Porque realiza os seus fins, é função da universidade destinar aos estudantes uma educação de graduação que signifique não apenas uma etapa na formação profissional de cada um, mas também educação para o pensar, com o que se espera que os estudantes adquiram as condições de fazer a crítica da alienação, nas formas em que esta é fixada na vida de todos, ajudando-os a superar a visão anterior adquirida sobre a vida, a sociedade e a história. A educação universitária deve conduzir os alunos a atos filosóficos e a uma compreensão histórico-social da realidade. Mas, para o que, é necessário um ensino de qualidade, longe das caricaturas que se têm admitido, até aqui, em muitos casos. Todos aqueles que entenderam o sentido da universidade acreditam que "... a vida universitária é libertadora para a maioria dos estudantes (...). Seu efeito é promover nos estudantes um reexame de dogmas religiosos, morais, sociais, econômicos e políticos não questionados, segundo os quais os homens normalmente vivem" (Wolff).

É tarefa da própria universidade fazer compreender que "atos filosóficos" não são atividades de *filósofos*, que ensinar a pensar *filosoficamente* não se restringe à preparação dos que se especializarão em *filosofia*. Contra essa idéia, Karl Jaspers escreveu: ensinar filosofia não é ensinar uma matéria a mais, ou um domínio reservado a especialistas, é *ensinar a pensar*. E, como sublinha, proporcionar a descoberta da filosofia aos estudantes é um dever importante. E indica: uma das "tarefas essenciais" da universidade seria "iniciar na filosofia todos os estudantes, sem exceção". Igualmente, Jacques Derrida, em seu *O direito à filosofia do ponto de vista cosmopolita*, levanta a bandeira: "o direito de todos à filosofia!": na universidade, a comunicação filosófica deve-se fazer

em todas as *línguas* - em todas as linguagens. Não se tratando, evidentemente, de se fazer impor uma filosofia abstratamente universal, mas de multiplicar a filosofia nos *idiomas* em que se pode *traduzi-la*, isto é, de *multiplicá-la em todas as linguagens*. O direito de todos à filosofia é assim uma política do direito a pensar, esta que deve ser "uma experiência de autonomia irreduzível": a filosofia devendo estar em todos os lugares, não havendo porque encerrá-la em um espaço limitado. Conforme ainda J. Derrida, o direito à filosofia é indissociável da democracia. A autonomia da filosofia - ou de uma *política do pensar* - passa por não se impedir o acesso à filosofia a ninguém. Porque a tarefa da universidade é indissociável dessa política do pensar - ensino da investigação livre, ensino do modo científico-crítico de pensar -, a existência da universidade é uma exigência democrática.

A universidade, em seu todo, não pode se identificar de outro modo que não seja como essa instituição que organiza e promove essa *política do pensar*, que desenvolve e estimula a autonomia intelectual. Pelo que, é certo, os universitários comprometidos com essa visão pagam um preço. Porque antagoniza com as próprias estruturas de exploração, injustiça e opressão, o pensamento científico-crítico é identificado como a ameaça a interesses aos quais a sociedade, regendo-se pela lógica de sua reprodução, consagra-se à realização, por diversos meios.

Não se tratando de acreditar que a universidade possa remover a alienação da vida social, ao menos é certo que a educação universitária pode contribuir a fazer dos indivíduos pontos de resistência à ideologia e à dominação, do modo como estas se apresentam na vida cotidiana. E, a propósito ainda de profissionais *adaptados* às exigências sociais, que são esses profissionais senão seres conformados? A universidade cumpre o seu papel quando forma profissionais *inconformados*, *inadaptados*, profissionais capazes de se indignar e de produzir indignação diante das desigualdades e das injustiças, diante da discriminação e da violência. Profissionais capazes de "atos filosóficos" (ainda Derrida). Profissionais capazes de atos críticos.

Não se pode deixar de defender a formação universitária. Ela é importante em todas as áreas. Os profissionais precisam adquirir mais do que apenas o conhecimento técnico. A idéia de deixar de fora da formação universitária certas profissões, como, por vezes, se aventa, e setores da sociedade dão crédito à idéia, é uma outra política do pensar – não aquela que se destina a promover a autonomia intelectual, a consciência filosófica, as práticas críticas –, ela se destina, se não a impedir, mas a limitar o pensar crítico.

Referências bibliográficas

- DERRIDA, Jacques. *Le droit à la philosophie du point de vue cosmopolitique*. Paris, Éditions Unesco, 1997b
JASPERS, Karl. *Essais philosophiques*. Paris, Payot, 1970
MINOGUE, Kenneth. *O conceito de universidade*. Brasília, EdUNB, 1981

SAGAN, Carl. *O mundo assombrado pelos demônios: a ciência vista como uma vela no escuro*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996
WOLFF, Robert Paul. *O ideal da universidade*. São Paulo, EdUnesp, 1993
VERGER, Jacques e CHARLE, Christophe. *Histoire des universités*. Paris, PUF, 1994

(Publicado em SOUSA FILHO, A. O ideal de universidade e sua missão. In: Jaqueline Moll; Palmira Sevegnani. (Org.). *Universidade e Mundo do Trabalho*. 1 ed. Brasília-DF: INEP, 2006, v. 3, p. 173-184. ISBN: 8586260312)